



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2013,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
MEIO DA COORDENAÇÃO GERAL DE
MATERIAL E PATRIMÔNIO DA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DA
SAÚDE E A EMPRESA CTIS TECNOLOGIA
S/A.

A **União**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio do Ministério da Saúde, com sede em Brasília-DF, na Esplanada dos Ministérios, Bloco “G” – 3º Andar – Edifício Anexo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.394.544/0036-05, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Coordenador-Geral de Material e Patrimônio Substituto, o Sr. **EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO**, designado pela Portaria nº 824 da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, datada de 18/04/2013 e publicada no Diário Oficial da União no dia 19/04/2013, portador da Cédula de Identidade nº 1855955, expedida pela SSP-DF e inscrito no CPF sob o nº 836.661.501-44 e a Empresa **CTIS TECNOLOGIA S/A**, inscrita no CNPJ nº 01.644.731/0001-32, estabelecida à SCN Qd. 04, Bl. “B”, nº100 salas 201, 204, 403 e 804 – Centro Empresarial Varig CEP 70.714-900, Asa Norte, Brasília – DF, neste ato representada pelo Sr. **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 356.831 SSP/DF e do CPF nº 102.252.261-20, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº **25000.090683/2012-51** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de



2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 19/2013, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção de sistemas de formação; para atender as demandas do Ministério da Saúde, de acordo com as especificações e definições do Termo de Referência e seus Apêndices.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE E ESTIMADA
1	Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação), conforme Apêndice “A”	Pontos por Função	130.000

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666, de 1993.

2.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 110.479.200,00 (cento e dez milhões quatrocentos e setenta e nove mil e duzentos reais)**, sendo de R\$ 849,84 (oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), o valor unitário por ponto de função contratado.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,



trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas originárias deste Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho n.º 10.126.2015.20YN.0001, Natureza da Despesa 339039, constantes do Orçamento Geral da União, aprovado pela LOA – Lei Orçamentária Anual n.º 2013.

4.2. Parágrafo Único – Para cobertura dessa despesa neste exercício financeiro foi emitida a Nota de Empenho n.º 2013NE800648, datada de 16/05/2013, no valor de R\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais).

4.3. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Para o item 1: Serviços de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação:

5.1.1. Mensalmente, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura com os valores correspondentes aos serviços entregues e aceitos naquele período;

5.1.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Relatório Gerencial de Serviços realizados no período;
- b) Cópias de todos os documentos de aceite das entregas realizadas nos períodos referenciados no SVN devidamente reconhecidos.

5.1.3. Em caso de necessidade de ajuste na Nota Fiscal/Fatura, será estabelecido prazo para a CONTRATADA fazer a substituição do documento em questão.

5.1.4. O pagamento será efetuado, mensalmente, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega e ateste Nota Fiscal/Fatura, com emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, conforme disposto no Artigo 40 Inciso XIV alínea “a” da Lei 8.666/93 e comprovada a regularidade da empresa, mediante consulta “on-line” ao SICAF.



5.1.5. Os serviços contratados sofrerão ajustes devido a sua complexidade segundo tabela de fatores redutores de pontos de função por serviço contratado descrito abaixo:

TIPO DE SERVIÇO	FATORES REDUTORES
Desenvolvimento de sistemas	Serão remuneradas em 100% do valor do ponto de função, vezes a quantidade de PF da(s) fase(s) contratada(s);
Manutenção de Sistemas	Para todos os serviços de manutenção de sistemas, serão aplicadas as regras abaixo, independente do tamanho: Funcionalidades INCLUÍDAS – serão remuneradas em 100% do valor do ponto de função, vezes a quantidade de PF da(s) fase(s) contratada(s); Funcionalidades ALTERADAS – serão remuneradas em 60% do valor do ponto de função, vezes a quantidade de PF da(s) fase(s) contratada(s); Funcionalidades EXCLUÍDAS – serão remuneradas em 40% do valor do ponto de função vezes a quantidade de PF da(s) fase(s).

A quantidade de PF da(s) fase(s) contratada(s) deverá ser calculada, considerando-se a distribuição de esforços prevista neste Termo de Referência.

5.1.6. O valor dos serviços realizados e entregues obedecerá à regra de contagem definida abaixo, que relaciona o quantitativo de serviços realizados, reajustados segundo a tabela de fatores redutores apresentada acima.

$VS = ((Qt \text{ PF Entrega} * Vr \text{ PF Contratado}) * \text{Fator Redutor}) + (Qt \text{ de PF de Itens Não Mensuráveis} * Vr \text{ PF Contratado} * \text{Fator de Equivalência em PF})$

5.1.7. Onde;

VS = Valor do Serviço;

- a) Qt PF Entrega = Quantidade de Pontos de Função relacionados à entrega efetuada pela CONTRATADA, conforme contagem final de pontos de função realizada;
- b) Vr PF Contratado = Valor contratado para o Ponto de Função;
- c) Fator Redutor = Fator de ajuste sobre a remuneração, para ajuste do valor em relação ao tipo de serviço contratado.
- d) Fator de Equivalência em PF = Fator de ajuste sobre a remuneração, para ajuste do valor em relação ao tipo de serviço contratado, conforme tabela a seguir, de Relação de Itens não Mensuráveis.

Relação de Itens não Mensuráveis		
Item	Descrição	Fator de Equivalência em PF
Layout de Telas, Arquivos e Relatórios	Alterações no layout de telas, relatórios ou arquivos sem impactar as funcionalidades.	0,04
Campos e	Inclusões/alterações/exclusões de campos e variáveis em programas e tabelas.	0,08

Variáveis	sem impactar as funcionalidades.	
Mensagens	Alterações de mensagens de informação ao usuário, que não fazem parte de ALI ou AIE.	0,04
Menus	Inclusões/alterações de menus de navegação estáticos, telas de ajuda ou páginas estáticas.	0,20
	Exclusões de menus, telas de ajuda ou páginas estáticas.	0,10
Dados HARD CODED	Inclusões/alterações/exclusões de dados pertencentes a listas (combo box) ou tabelas físicas.	0,04
Alteração referentes à DDL em tabelas CODE TABLE e respectivas funcionalidades	Inclusões de tabelas CODE TABLE (CODE DATA).	1,00
	Alterações de tabelas CODE TABLE (CODE DATA).	0,60
	Exclusões de tabelas CODE TABLE (CODE DATA).	0,40
	Inclusões de funcionalidades em tabela já em produção.	0,30
	Alterações de funcionalidades em tabela já em produção.	0,20
	Exclusões de funcionalidades em tabela já em produção.	0,10
Camada adicional de apresentação	Necessidade de criação de mais de uma camada de apresentação para a mesma aplicação, com as mesmas funcionalidades, porém com padrões visuais diferentes.	0,30
Parâmetros de Processamento	Contempla a necessidade de alteração dos valores dos parâmetros, sem que a lógica de processamento tenha sido alterada. (Exemplo: ajustar filtro para recuperar dados entre 0 e 50 ao invés de valores entre 10 e 50).	0,02
Tarefas Temporárias	Execução de tarefas temporárias, não passíveis de serem pontuadas, como por exemplo: treinamentos, análise de demandas, execução de testes adicionais aos já realizados e não contemplados no TERMO DE REFERENCIA a pedido do usuário/gestor, rotinas temporárias, administração de dados, business intelligence e geoprocessamento entre outros. Considerar 1 (um) recurso por dia, sendo 8 (oito) horas o esforço diário gasto. O quantitativo de dias é de responsabilidade do líder do projeto do Ministério da Saúde e será executado mediante previa análise e aprovação dada pelo gestor do contrato.	1,5 pontos de função, para cada recurso.
A quantidade de Pontos de Função de cada Item não Mensurável é definida pela quantidade de itens identificada na apuração multiplicado pelo respectivo Fator de Equivalência.		

5.1.8. No caso da CONTRATADA identificar algum quesito não passível de medição e que não conste da referida tabela deverá enviar relatório técnico ao MS, que avaliará e, se for o caso, havendo compatibilidade, enquadrará o quesito em algum item da tabela ou incluirá o novo item na tabela. Casos contrários as OS's não serão aprovadas.

5.1.9. Sobre o valor do serviço (VS) serão aplicados os descontos referentes às multas ocorridas no mês correspondente. Assim, o valor a ser pago pelo MS à CONTRATADA no mês de referência será obtido pela aplicação da fórmula a seguir:

$$VP = VS - \Sigma VMUL$$

5.1.10. Onde;

- a) VP = Valor a ser pago no mês;
- b) VS = Valor do serviço;
- c) $\Sigma VMUL$ = Somatório do valor das multas previstas para o mês de referência.



5.1.11. O valor será pago mediante a aplicação do percentual estabelecido na Tabela de Percentual de Pagamento por Etapa (PPE) a seguir, pela multiplicação do Valor Unitário do Ponto de Função (VUPF), pelo quantitativo verificado na Análise de Ponto de Função (APF) do produto.

Pagamento = VUPF x APF x Percentual

Etapa	Nome da Etapa	Percentual
I	Implementação	Conforme estabelecido no subitem 1.3.1.12
II	Análise e Modelagem de negócio	
III	Levantamento de requisitos de software.	
IV	Análise dos Requisitos do Sistema	
V	Projeto de arquitetura de software	10 %
VI	Projeto Detalhado do software	10 %
VII	Codificação e testes do software	40 %
VIII	Integração do software	5 %
IX	Teste de qualidade do software	5 %
X	Instalação de software	5%
XI	Aceitação do software	5%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis para o período de 12 (doze) meses, após o qual, poderão ser atualizados, anualmente, visando a sua adequação aos novos preços de mercado mediante aplicação da variação nominal do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M (FGV) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

6.2. O reajuste somente será concedido após análise pelo setor competente e mediante motivação e comprovação, por parte da CONTRATADA.

6.3. A utilização do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M (FGV) se justifica por se tratar de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão-de-obra e ainda visando à recomposição dos valores contratados em vista dos efeitos inflacionários, além de ser mais vantajoso para a Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 5.523.960,00 (cinco milhões quinhentos e vinte e três mil novecentos e sessenta reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 20 (vinte) dias, observadas as condições previstas no Edital.

7.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).



- 7.1.2.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.
- 7.2.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 7.3.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 7.3.1.** Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 7.3.2.** Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 7.3.3.** As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
- 7.4.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.5.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 7.6.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.7.** A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 7.7.1.** Caso fortuito ou força maior;
 - 7.7.2.** Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
 - 7.7.3.** Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
 - 7.7.4.** Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.
- 7.8.** Cabe à própria Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas acima, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.



7.9. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

7.10. Será considerada extinta a garantia:

7.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.10.2. No prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

8. CLÁUSULA OITAVA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. No momento da contratação será realizada a nomeação, pelo MS, de Comissão ou servidor do quadro para exercer a fiscalização do(s) Contrato(s) advindo(s) da presente licitação.

8.2. A execução dos serviços em desacordo com o objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA sujeitará a aplicação das sanções legais cabíveis.

8.3. Aplicar-se-ão a fiscalização e acompanhamento do Contrato todas as disposições constantes da Instrução Normativa nº 2/2008 – SLTI/MPOG, do art. 24 da Instrução Normativa nº 04/2010 e do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.4. A fiscalização, exercida por profissionais designados pelo MS nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, não implica em corresponsabilidade, nem exime a CONTRATADA de responsabilidade.

8.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.6. A Comissão ou servidor designado para a fiscalização do Contrato poderá aprovar, recusar, solicitar correção de quaisquer serviços que estejam em desacordo com as especificações técnicas e as constantes do Contrato, Edital e seus Anexos, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições de produtos em desconformidade com o solicitado, dentro das condições estabelecidas contratualmente.

8.7. A Comissão ou servidor indicado para fiscalização do Contrato deverá conferir os documentos entregues pela CONTRATADA e, por ocasião da entrega das Notas Fiscais



ou Faturas, atestar ou recusar a prestação dos serviços, quando executados satisfatória ou insatisfatoriamente, para fins de pagamento.

8.7.1. O Fiscal técnico deverá proceder à inspeção das atividades, a avaliação, a aprovação e a entrega dos produtos definidos neste Termo de Referência, assim como o acompanhamento do cumprimento das condições técnicas e critérios de qualidade, desempenho e de segurança requeridos.

8.7.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do Contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.8. Caberá a Fiscalização atestar os serviços que forem efetivamente executados e aprovados.

9. CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante termo, os serviços serão recebidos:

9.1.1. Provisoriamente, pelo (s) servidor (es) responsável (eis) designado pelo MS para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias do recebimento pelo MS.

I. O MINISTÉRIO DA SAÚDE emitirá TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO referente a cada etapa entregue pela CONTRATADA.

II. Os artefatos gerados em cada etapa deverão ser entregues para análise do MS, conforme datas definidas no PGDS. Caso sejam reprovados, a CONTRATADA deverá, após a notificação do MS, realizar os ajustes necessários para torná-los aderentes às especificações técnicas em um prazo adicional de até 10% (dez por cento) do período definido no PGDS para a entrega das etapas, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas contratualmente.

III. O MS realizará a avaliação dos artefatos entregues conforme prazo especificado, contado a partir da data da entrega da etapa pela CONTRATADA.

9.2. Definitivamente, pelo(s) servidor (es) responsável (eis) designado (s) pelo MS, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

I. O Gestor do Contrato do MS emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO referente a cada etapa. Isso ocorrerá após avaliação de conformidade, verificação de que os artefatos estão de acordo com as



especificações técnicas estabelecidas na OS, PGDS e demais condições contratuais.

- II.** Os artefatos das etapas poderão ser provisoriamente recebidos pelo MS quando contiver erros ou impropriedades de pequena monta que não sejam considerados impeditivos de recebimento.

9.3. O Gestor do Contrato do MS emitirá TERMO DE RECUSA em caso de verificação de erros ou impropriedades impeditivos de recebimento dos artefatos.

9.4. A CONTRATADA deverá promover as correções necessárias dentro do prazo máximo estabelecido para a entrega das etapas. Caso esse prazo já tenha sido extrapolado, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas contratualmente.

9.5. A CONTRATADA deverá informar ao MS a data e a hora de entrega do serviço, objetivando o seu recebimento.

9.6. A entrega do serviço, pela CONTRATADA, e o recebimento, pelo MS, não implica em sua aceitação.

9.7. Finda a etapa de recebimento, o MS, efetuará os testes finais de aceitação, para que possa ser lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

9.8. Caso o serviço entregue esteja em desacordo com o especificado no Contrato ou na proposta da CONTRATADA, poderá o MS rejeitá-lo parcialmente ou totalmente, podendo a mesma por sua conta e risco, no prazo de 07 (sete) dias úteis, promover a substituição ou adequação do mesmo, caso contrário, estará a CONTRATADA sujeita à aplicação das sanções previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

9.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos em Lei.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

10.1.1. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações do MINISTÉRIO DA SAÚDE e se compromete em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido deste Ministério no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.



10.1.1.1. Deverá ser celebrado TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES entre a CONTRATADA e o MINISTÉRIO DA SAÚDE para garantir a segurança das informações do MINISTÉRIO DA SAÚDE.

10.2. PROPRIEDADE DE SOFTWARE, PRODUTOS E SERVIÇOS

10.2.1. A contratação implica em necessidade de cessão de direitos autorais dos produtos entregues. Sendo assim, todos os produtos desenvolvidos pela CONTRATADA deverão ser entregues ao MS, que terá o direito total de propriedade sobre os produtos, sendo vedada qualquer comercialização, parcial ou integral, por parte da CONTRATADA desses produtos a qualquer tempo.

10.2.2. O MS, para todos os efeitos da aplicação da Lei nº 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e regulamentos correlatos, é o único proprietário dos produtos entregues pela CONTRATADA.

10.2.3. O MS terá o direito de propriedade intelectual dos produtos, bem como dos artefatos gerados nas etapas de fabricação, de forma permanente e irrevogável.

10.2.4. Será permitido, exclusivamente ao MS, a qualquer tempo, distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações de licenças restritivas.

10.3. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

10.3.1. A CONTRATADA se compromete a repassar ao MS todo o conhecimento e técnicas utilizados na execução dos serviços, em conformidade com o parágrafo único do Art. 111 da Lei nº 8.666/93.

10.3.2. A CONTRATADA deverá providenciar o repasse dos conhecimentos utilizados para o desenvolvimento e manutenção dos produtos entregues ao MS.

10.3.3. A CONTRATADA deverá repassar os conhecimentos relacionados com as técnicas empregadas na fabricação do sistema de informação, serviços web, sítio ou portal, bem como nas manutenções efetuadas.

10.3.3.1. Entende-se por repasse de conhecimento, as explicações técnicas feitas de forma detalhada e em quantidade suficiente, visando demonstrar aos técnicos do MS as formas, funcionalidades, requisitos, classes, configurações, dependências e outras utilizadas na construção e/ou manutenção dos produtos.

10.3.3.2. O MS reserva-se ao direito de solicitar tantas informações quantas forem necessárias, inclusive treinamentos para os usuários, até o limite de 15%



(quinze por cento) do valor da OS do produto entregue, na forma definida na tabela de itens não mensuráveis.

10.3.4. A CONTRATADA deverá apresentar Relatório de Transferência de Conhecimento (RTC), onde deverão estar descritas todas as atividades realizadas, conteúdo, métodos, aplicabilidades, participantes, bem como demais informações pertinentes.

10.4. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.4.1. A execução das obrigações contraídas no Contrato, referente ao ITEM 1 deverá ocorrer em dias úteis, em horário comercial, nas dependências da CONTRATADA e nas dependências das unidades do MS conforme designado por esse. A execução das obrigações contraídas no Contrato.

10.4.2. Os locais de execução sempre serão estabelecidos nas Ordens de Serviço (OS) a serem demandas. Para os serviços a serem executados nas dependências do MS, os seguintes endereços deverão ser considerados:

10.4.3. No âmbito do MS/DATASUS, em Brasília, sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo DATASUS - 1º Andar - MINISTÉRIO DA SAÚDE.

10.4.4. No âmbito do MS/DATASUS, no Rio de Janeiro, sito à Rua México 128 - 7º andar – Centro – Rio de Janeiro - MINISTÉRIO DA SAÚDE.

10.4.5. No âmbito das unidades regionais do MS/DATASUS, relacionadas abaixo por UF nos atuais logradouros ou em sua atualização futura, devidamente informada:

UF	ENDEREÇO	CEP
AC	Rua Antonio da Rocha Viana, nº 1.584, - Rio Branco	69908-560
AL	Rua do Comércio, nº 25 - Centro.- Pça Palmeiras – Maceió	57020-901
AM	Rua Osvaldo Cruz, s/n - Bairro da Glória – Manaus	69027-000
AP	Av. Antonio Coelho de Carvalho nº 2.517 – Macapá	68900-001
BA	Rua do Tesouro, nº 21/23, Ajuda – Salvador	40020-056
CE	Rua do Rosário nº 283 - 9º andar – Centro – Fortaleza	60055-090
DF	Esplanada dos Ministérios, Bloco “G”, Anexo “A”, sala 107	70058-900
ES	Rua Moacyr Strauch, nº 85 - Praia do Canto – Vitória	29055-630
GO	Rua Oitenta e Dois, nº 179 - 6º andar - Setor Sul – Goiânia	74083-010
MA	Av. Alexandre de Moura, nº 182 -Centro - São Luis	65025-470
MG	Rua Espírito Santo, nº 500 – sala 1105 – Centro - Belo Horizonte	30160-030
MS	Rua Jornalista Belisário de Lima, nº 263 - 3º andar – Centro – Campo Grande	79004-270
MT	Av. Getúlio Vargas, nº 1.426 - 5º andar – Centro – Cuiabá	78045-901
PA	Rua Senador Manoel Barata, nº 869, sala 816 - Comércio – Belém	66010-140
PB	Rua Diogo Velho, nº 150 – Centro – João Pessoa	58013-110
PE	Praça Ministro João Gonçalves de Souza – s/nº - Edifício Sudene – SI- N061 – 11º andar – Iputinga – Recife	50670-500
PI	Rua Treze de Maio nº 155 – 5º andar - Centro - Terezina	64000-150
PR	Rua Candido Lopes, nº 208 - sala 510 - Centro – Curitiba	80020-060



UF	ENDEREÇO	CEP
RJ	Rua México, nº 128 – andar 7º, 8º e 10º - Centro - Rio de Janeiro	20031-142
RN	Av. Rodrigues Alves, nº 881 - Tirol – Natal	59020-200
RO	Av. Campos Sales, nº 2.645 - Centro - Porto Velho	78900-700
RR	Av. Ene Garces, nº 1.638 - São Francisco - Boa Vista	69300-000
RS	Av. Borges de Medeiros, nº 536 - 9º andar – sala 912 - Porto Alegre	90020-022
SC	Praça Pereira Oliveira, nº 35 - 1º andar – Florianópolis	88010-540
SE	Rua Lagarto, nº 1.139 - Centro – Aracaju	49010-390
SP	Av. Nove de Julho, nº 611 - 2º andar - sala 206 – Bela Vista - São Paulo	01313-000
TO	Cento e Oito Norte Alameda 4, Lote 38 – Palmas	77065-520

10.4.6. O DATASUS realizará inspeções e diligências para cumprimento da qualidade e garantia de segurança dos serviços prestados pela CONTRATADA.

10.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.5.1. Programar e executar, periodicamente, a transferência de tecnologia e conhecimento para a equipe do MS, dos produtos entregues e homologados.

10.5.2. Entregar todos os códigos-fonte e artefatos dos projetos ao MS gerados em todas as fases do projeto, mantendo sigilo sobre seu conteúdo.

10.5.3. Entregar a versão final do produto, garantindo sua funcionalidade e qualidade dentro dos prazos definidos.

10.5.4. Fica obrigada a adotar as melhores práticas em metodologias ágeis em desenvolvimento de sistemas, conforme os padrões metodológicos adotados pelo DATASUS, dentre os quais SCRUM.

10.5.5. Participar de reuniões periódicas com a equipe do MS, reportando sobre o andamento dos projetos de desenvolvimento, objeto do TERMO DE REFERÊNCIA e das Ordens de Serviço correspondentes.

10.5.6. Definir e apresentar ao MS as metas e o planejamento utilizado para cumprir todos os objetivos do projeto, em todas as suas fases e módulos, garantindo qualidade, desempenho e segurança.

10.5.7. Responsabilizar-se por todos os custos com pessoal, diárias, passagens e comunicações, necessários à perfeita execução dos serviços objeto do TERMO DE REFERÊNCIA.

10.5.8. Selecionar, designar e manter, em sua equipe, profissionais cuja qualificação esteja em conformidade com os tipos de serviços descritos nas Ordens de Serviço, observando o certificado apropriado emitido pelos fabricantes

da linguagem, ferramenta ou tecnologia, sempre que a atividade a ser executada, assim o exigir.

10.5.9. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência, motivação e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos não sejam cumpridos.

10.5.10. Atender aos prazos estabelecidos e acordados nas Ordens de Serviço abertas pelo MS.

10.5.11. Acatar todas as disposições contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de incorrer em penalidade, inclusive com aplicação de multa em percentual calculado sobre o valor total da Ordem de Serviço.

10.5.12. Observar e atender a todas as normas, instruções e ordens internas emanadas pelo MS, além da legislação pertinente, referente à contratação do serviço.

10.5.13. Atender às convocações do MS de acordo com os prazos e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA, apresentando sempre que solicitadas todas as informações e esclarecimentos.

10.5.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do TERMO DE REFERÊNCIA.

10.5.15. Executar os serviços solicitados formalmente pelo MS por meio de Ordens de Serviço, de acordo com as suas características e com as cláusulas do Contrato firmado.

10.5.16. Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca dos serviços prestados, sem prévia autorização do MS.

10.5.17. Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório e posteriores necessidades de mudanças tecnológicas, devidamente informadas.

10.5.18. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de referente ao MS ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e às regras de negócio.

10.5.19. A CONTRATADA não poderá, de forma alguma, comercializar, no todo ou em parte, qualquer produto ou sistema gerado a partir do Contrato resultante do



TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de rescisão contratual, podendo inclusive responder por ações judiciais decorrentes do não cumprimento deste item.

10.5.20. Responder por quaisquer prejuízos que seus colaboradores ou prepostos causarem ao patrimônio do MS ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, procedendo imediatamente aos reparos e/ou indenizações cabíveis e assumindo, na sua totalidade, o ônus decorrente.

10.5.21. Os profissionais da CONTRATADA, uma vez dentro das dependências do MS, ficarão sujeitos às normas internas desta, principalmente as de segurança, incluindo aquelas referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência.

10.5.22. Recrutar e contratar mão-de-obra qualificada, em seu nome e sob sua responsabilidade, em regime exclusivamente CLT, sem qualquer solidariedade do MS, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências e promoções.

10.5.23. Manter em dia todos os direitos pecuniários de seus colaboradores, tais como horas extras, adicionais noturnos, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos do MS prejudicados em função de reivindicações por parte dos colaboradores da CONTRATADA.

10.5.24. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e a quaisquer outras derivadas ou conexas com o Contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, inexistente qualquer vínculo empregatício entre seus colaboradores e/ou prepostos e o MS.

10.5.25. Indenizar todos os custos e despesas financeiras, que porventura venham a ser suportados pelo MS, por força de sentença judicial, que aponte a existência de vínculo empregatício entre seus colaboradores e/ou prepostos e o MINISTÉRIO DA SAÚDE.

10.5.26. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus colaboradores no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do MS.

10.5.27. Informar ao MS, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, CPF e o respectivo número da carteira de identidade dos colaboradores



disponibilizados para a prestação de serviços, bem como ocorrências de afastamento definitivo e as substituições em casos de falta, ausência legal ou férias.

10.5.28. Substituir, sempre que solicitado pelo MS, qualquer colaborador cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios às normas de disciplina, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, quando os serviços forem executados nas dependências do MINISTÉRIO DA SAÚDE.

10.5.29. Assegurar, nos casos de greve ou paralisação de seus colaboradores, a continuação da prestação dos serviços, por meio da execução de ações de contingência, inclusive nos casos de greve ou paralisação dos transportes públicos, hipótese em que deverá promover, às suas expensas, os meios necessários para que seus colaboradores cheguem aos seus locais de trabalho.

10.5.30. Comunicar prontamente ao MS qualquer anormalidade na execução física/financeira do objeto ou condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e nas Ordens de Serviço correspondentes;

10.6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.6.1. Proporcionar todas as facilidades para a CONTRATADA desempenhar o fornecimento do objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA, permitindo o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências.

10.6.2. Fornecer à CONTRATADA todo tipo de informação interna essencial à realização dos serviços, atentando ao quesito de segurança e sigilo de dados;

10.6.3. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento de produtos/artefatos que estejam em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no presente TERMO DE REFERÊNCIA e nas Ordens de Serviço correspondentes;

10.6.4. Pagar mensalmente à CONTRATADA, os valores relativos aos serviços entregues, homologados e aceitos, conforme as Ordens de Serviço e respectivos documentos de aceite, devidamente apresentados.

10.6.5. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas, não reincidentes, apresentadas pela CONTRATADA;



10.6.6. Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da contratada conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido;

10.6.7. Acompanhar, controlar e garantir a execução física e financeira do objeto do contrato de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente TERMO DE REFERÊNCIA e nas Ordens de Serviço correspondentes;

10.6.8. Comunicar por escrito à CONTRATADA as modificações realizadas na Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas, na Arquitetura de Sistemas, no Guia de Métricas ou na Infraestrutura de Tecnologia de Informação, que impliquem em mudanças no desenvolvimento de aplicativos, e estipulem prazos para adequação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000 e do Decreto nº 5.450/2005, a contratada que, no decorrer da contratação:

- a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

11.2. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa;
 - b.1) Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b.2) Compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.



c) Suspensão de licitar o impedimento de contratar com o Ministério da Saúde, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos causados;

11.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

11.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

11.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e, subsidiariamente na Lei 9.784/1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.



11.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TABELA DE GRAU DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Além das sanções previstas anteriormente, a CONTRATADA estará sujeita aos critérios de sanções abaixo, conforme o grau corresponde:

GRAUS DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	Advertência escrita
02	Glosa de 0,3% sobre o valor a ser pago no mês da ocorrência
02	Glosa de 0,3% sobre o valor a ser pago no mês da ocorrência
03	Glosa de 10% sobre o valor a ser pago no mês da ocorrência
04	Multa de 10% sobre o valor do Contrato

12.2. As glosas nos pagamentos a que se sujeita a CONTRATADA terão como referência a Tabela abaixo:

REFERÊNCIA PARA GLOSA	
DESCRIÇÃO DA REFERÊNCIA	GRAU
Permitir a presença de empregado sem crachá nos locais onde há prestação de serviço	Por ocorrência 01
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados	Por ocorrência 03
Manter empregado sem qualificação exigida para executar os serviços contratados	Por ocorrência 02
Não substituir, imediatamente, o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente, falta de urbanidade ou que venha a transgredir as Normas disciplinares do Ministério da Saúde	Por ocorrência 02
Acumular 3 (três) advertências no período de 6 (seis) meses	Por ocorrência 02
Acumular 5 (cinco) advertências no período de 12 (doze) meses	Por ocorrência 03
Não zelar pelas instalações do Ministério da Saúde	Por ocorrência 01
Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato	Por ocorrência 03
Na hipótese de rescisão contratual por inexecução total do Contrato	Por ocorrência 04
Na hipótese de descumprimento da Garantia de serviços	Por ocorrência 03
Não apresentar documentação exigida da empresa ou dos profissionais	Por documento 01
Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado	Por ocorrência 01
Deixar de realizar transferência completa dos conhecimentos empregados na realização dos serviços contratados	Por ocorrência 02
Deixar de realizar transição plena do contrato, com total transferência de conhecimento	Por ocorrência 03

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, 16 de maio de 2013.




EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO
CONTRATANTE

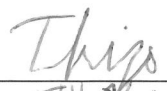


AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Nome: WASHINGTON SOARES FERREIRA
CPF: 93146132672



Nome: THIAGO F. PONTES
CPF: 695.509.771-37